



nalidade: Retificação da Cláusula Terceira do 4º Termo Aditivo ao Convênio 025/2011, referente a segunda parcela dos recursos inicialmente previstos no convênio original consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2014, no montante de R\$ 310.066,64 (trezentos e dez mil, sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), aprovado pela Lei nº 12.952, de 20/01/2014, conforme Nota de Empenho 2014NE800243, Programa de Trabalho 144222064210G0001, PTRES 058952, Elemento de Despesa 333041. Data de assinatura: 21/05/2014. Assinatura: Claudinei do Nascimento, Secretário-Executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, CPF nº 722.284.409-06.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014 - UASG 200016

Nº Processo: 00005006021201401. Objeto: Contratação, por Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar de almoxarifado, carregador, contínuo, recepcionista, supervisor e auxiliar de supervisor, na forma de execução indireta, para atender a demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDH/PR, conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Contratação emergencial, diante da rescisão unilateral do Contrato nº 8/2012. Declaração de Dispensa em 30/05/2014. GLEISSON CARDOSO RUBIN. Secretário de Gestão. Ratificação em 30/05/2014. IDELI SALVATTI. Ministra de Estado Chefe. Valor Global: R\$ 4.029.580,62. CNPJ CONTRATADA: 01.608.603/0001-33 SERVEGEL-APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTA. (SIDECE - 03/06/2014) 200005-00001-2014NE800002

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 776683/2012. Convenientes: Concedente : SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente : MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 03.507.415/0020-07. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 337.579,70, Valor de Contrapartida: R\$ 37.579,70, Vigência: 28/12/2012 a 10/08/2014. Data de Assinatura: 15/05/2014. Assina : Pelo PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRESID.DA REPUBLICA / CLAUDINEI DO NASCIMENTO- SECRETETÁ À RIO EXECUTIVO.

(SICONV(PORTAL) - 03/06/2014)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00003/2014 ao Convênio Nº 756726/2011. Convenientes: Concedente : SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente : SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADANIA E TRABALHO, CNPJ nº 37.261.450/0001-48. Prorrogação da vigência até 30/12/2014. Valor Total: R\$ 112.270,00, Valor de Contrapartida: R\$ 12.270,00, Vigência: 21/12/2011 a 30/12/2014. Data de Assinatura: 20/05/2014. Signatários: Concedente : CLAUDINEI DO NASCIMENTO, CPF nº 722.284.409-06, Conveniente : FRANCISCO DE ASSIS PEIXOTO, CPF nº 246.233.931-00.

(SICONV(PORTAL) - 03/06/2014)

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 6, DE 2 DE JUNHO DE 2014

A AUTORIDADE CENTRAL ADMINISTRATIVA FEDERAL DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (ACAF/SDH/PR) torna público o presente EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA visando à seleção de ORGANISMOS ESTRANGEIROS, com sede nos Estados Unidos da América, PARA ATUAR EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL, em conformidade com os termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; do Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999, do Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999, do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005 e no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do artigo 2º da Portaria SDH/PR nº 240, de 8 de abril de 2014, pelo qual convoca as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos para apresentarem candidaturas nos termos deste edital.

1 OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Edital a seleção de organismos estrangeiros, com sede nos EUA, para atuar em matéria de adoção internacional no Brasil, em conformidade com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e o Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, mediando processos de adoção internacional de crianças e adolescentes, a seleção e preparação de adotantes, bem como o acompanhamento pós-adotivo, nos termos da Convenção de Haia de 1993 Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional.

1.2 Os organismos selecionados por esta Chamada Pública constituirão cadastro de reserva e poderão ser credenciados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, conforme interesse da Administração Pública.

1.3 O credenciamento ocorrerá conforme a ordem de classificação dos organismos selecionados pela presente Chamada Pública.

2 JUSTIFICATIVA

Dados recentes do Conselho Nacional de Justiça apontam que 5,4 mil crianças ou adolescentes estavam cadastradas no CNA em dezembro de 2013 aguardando a oportunidade de serem adotados. No mesmo período, estavam inscritos 29.944 pretendentes a adoção que moram no Brasil. Essa estatística mostra que, mesmo com um número elevado de pretendentes, muitas crianças ainda aguardam no cadastro para que tenham a oportunidade de inserção em uma família substituta.

Por outro lado, entre 2008 e 2013 o Brasil realizou 2.091 adoções internacionais, uma média de 350 por ano. Desses total, 167 (8%) foram realizadas sem a intermediação de organismos credenciados junto à Autoridade Central Administrativa Federal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (ACAF/SDH/PR). No sentido inverso, 92% foram realizadas com a participação de um organismo credenciado.

Ano	Sem Organismo	%	Com Organismo	%	Total
2008	39	8%	421	92%	460
2009	56	13%	392	88%	448
2010	22	7%	313	93%	335
2011	16	5%	315	95%	331
2012	14	5%	286	95%	300
2013	20	9%	197	91%	217
Total	167	8%	1924	92%	2091

Considerando que a adoção realizada por meio de organismos internacionais credenciados é obrigatoriamente acompanhada pela ACAF e está revestida da proteção que compete à SDH/PR por força do Decreto 3.174, de 16 de setembro de 1999, este órgão entende que todas as adoções de crianças brasileiras devem ser acompanhadas pelos organismos, que são responsabilizados pelo monitoramento pós-adotivo.

Entre 2008 e 2013 foram realizadas 105 adoções de crianças brasileiras para os EUA. Esse número elevado reflete a necessidade urgente de que tenhamos um organismo com sede naquele país para acompanhamento pós-adotivo, além da preparação dos adotantes.

O número impressiona: 62% das adoções realizadas na modalidade "sem organismo" entre 2008 e 2013 foram para os EUA. A título de ilustração, os EUA ocupam o segundo lugar no ranking dos três países com maior número de adoções sendo que o 1º (Itália) e o 3º (França) lugares já contam com organismo credenciado.

Dessa forma, é urgente que o Brasil selecione e credencie organismo dos EUA para que atue em adoção internacional no Brasil, em particular para conceder transparência aos processos e maior garantia de proteção às crianças e adolescentes adotados internacionalmente.

Por outro lado, a seleção do organismo deve seguir, invariavelmente, os padrões de excelência aplicados a todos os demais organismos credenciados no Brasil, como determina a Convenção de Haia de 1993, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, ademais do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005.

3 APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA

3.1 Os organismos interessados deverão encaminhar as respectivas candidaturas, nos termos do presente Edital, por postagem para o seguinte endereço:

Autoridade Central Administrativa Federal
SCS Quadra 09 Lote C Torre A - Sala 1004-A Edifício Parque Cidade Corporate
CEP: 70308-200 - Brasília/DF - Brasil

4 PRAZOS

4.1 A presente Chamada Pública obedecerá ao seguinte cronograma:

ETAPAS	PRAZOS
a) Publicação prévia (DOU e site institucional).	06/06/2014
c) Prazo para apresentação das candidaturas para credenciamento.	07/06/2014 a 18/08/2014
d) Análise e avaliação das candidaturas	19/08/2014 a 20/10/2014
e) Prazo para apresentação de documentos complementares	07/11/2014
f) Resultado final.	17/11/2014
g) Apresentação de recursos	27/11/2014

5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente Chamada Pública organismos estrangeiros privados sem fins lucrativos que atuem em adoção internacional e que tenham sua sede nos Estados Unidos da América, credenciados pela Autoridade Central dos EUA, cadastrados pela Polícia Federal e autorizados a funcionar no Brasil pelo Ministério da Justiça.

5.2 Não poderão participar:

a)Organismos privados sem fins lucrativos com sede no Brasil;

b)Organismos estrangeiros que já tenham sido credenciados para atuar em adoção internacional no Brasil;

c)Organismos de direito público, com sede no Brasil ou no exterior;

d)Organismos cujo objeto social não se relacione com os objetivos desta Chamada Pública;

e)Pessoas físicas ou organismos privados com fins lucrativos.

5.3 Não serão classificados os organismos que:

a)Não tenham sido credenciados pela Autoridade Central do país de origem;

b)Não tenham obtido o cadastramento do organismo junto à Polícia Federal;

c)Não tenham obtido a autorização de funcionamento no Brasil, emitido pelo Ministério da Justiça;

d)Não comprovem ter desenvolvido atividades em adoção internacional últimos três anos;

e)Não estiverem regularmente constituídas;

f)Não apresentem todos os documentos exigidos por força os artigos 5º e 6º da Portaria nº 240, de 8 de abril de 2014;

g)Tenham sido descredenciadas pela Autoridade Central Administrativa Federal para atuar em adoção internacional no Brasil.

6 DO REQUERIMENTO E DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 REQUERIMENTO

6.1.1 O requerimento de credenciamento deve ser apresentado por via postal à Autoridade Central Administrativa Federal, obedecendo o cronograma da presente Chamada Pública.

6.1.2 Os dados do requerimento devem ser preenchidos em formulário disponível na página da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na internet e no Anexo II do presente Edital. O requerimento deve conter a identificação do organismo interessado, dos seus representantes legais e a exposição dos fatos e dos fundamentos do requerimento.

6.1.3 O formulário deve ser preenchido eletronicamente, assinado pelo representante legal do organismo e a assinatura deve ser reconhecida em cartório.

6.2 DA DOCUMENTAÇÃO

6.2.1 O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação, em cópia autenticada:

a)Comprovante de credenciamento junto à Autoridade Central do país de origem, acompanhado da tradução para o português e a respectiva certificação consular;

b)Cópia autenticada do Certificado de que trata o inciso VIII do art. 3º da Portaria nº 240, de 8 de abril de 2014;

c)Cópia autenticada do documento de identidade do representante legal;

d)Cópia autenticada do comprovante de residência do representante legal, emitido a até três meses da data da apresentação;

e)Cópia autenticada da procuração ou documento equivalente emitida pelo organismo autorizando o representante para atuar em seu nome;

6.2.2 O requerimento deverá ainda ser acompanhado dos seguintes documentos, em cópia simples:

a)Cópia de relatório financeiro do organismo estrangeiro, incluindo lista de receitas, despesas e doações;

b)Cópia da portaria do Ministério da Justiça sobre a autorização de funcionamento do organismo estrangeiro, conforme o inciso IX do Art. 3º da Portaria nº 240, de 8 de abril de 2014;

c)Currículo vitae do representante legal;

6.2.3 Documentos emitidos no exterior devem ser apresentados juntamente com a respectiva tradução juramentada para o português e com o certificado emitido pela autoridade consular brasileira no país de emissão do documento.

7 SELEÇÃO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS

7.1 A seleção e classificação dos organismos serão executadas pela Comissão de Avaliação designada pela SDH/PR.

7.2 As propostas de candidaturas serão pontuadas e classificadas pela Comissão de Avaliação em duas fases distintas e subsequentes: habilitação e avaliação/ classificação.

7.2.1 HABILITAÇÃO - nesta fase será analisado o atendimento aos requisitos para a participação na presente Chamada Pública.

7.2.2 Não serão habilitados os organismos que se enquadrarem em algum dos pontos relacionados nos itens 5.2 e 5.3 desta Chamada Pública.

7.2.3 AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO - nesta fase somente os proponentes habilitados terão suas propostas avaliadas, segundo os critérios elencados nos anexos deste edital. A lista dos organismos estrangeiros classificados será divulgada no sítio institucional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.